

FAMÍLIA E HABITAÇÃO:

Desigualdades nos domicílios brasileiros de 1980 a 2010, a partir dos dados dos Censos

CAROLINA Portugal Gonçalves da MOTTA
IPPUR/UFRJ e FJP
cpgmotta@gmail.com
Adauto Lucio Cardoso
IPPUR/UFRJ
adcard.cardoso@gmail.com

Contextualização

O direito à moradia é um direito humano e também está assegurado na Constituição Federal de 1988 como um direito social, juntamente à saúde e à educação, entre outros. A proposta de incluir a moradia no rol dos direitos sociais já era parte de um movimento que aparece na década de 1960, a partir do I Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963. Entretanto, ela só se efetivou a partir da modificação do artigo 6 da Constituição Federal (CF), o que foi feito pela Emenda Constitucional n. 64 de 2010 (BRASIL, 1988). A aprovação do Estatuto das Cidades (EC), em 2001, mais de dez anos após a promulgação do Constituição Federal, avança na consolidação desse direito, ao definir o que seria considerado uma moradia digna para a população, de tal modo que, segundo o estatuto, ela deve estar localizada em terreno urbanizado e com acesso a todos os serviços públicos que sejam importantes para a população e também deve propiciar o acesso da população ao emprego e ao sustento (PROJETO MORADIA, 2000 *apud* MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Várias têm sido as iniciativas dos três níveis do governo – federal, estadual e municipal – no âmbito da política habitacional. Estas ganharam ainda mais destaque com a instituição em 2009, pelo governo federal, do programa "Minha Casa Minha Vida" (MCMV), que tem como eixo norteador a construção de novas residências com fins de diminuir, ou eliminar, o déficit habitacional quantitativo brasileiro – ou seja, a demanda por novas habitações. O Brasil, então, encontra-se em um período em que grande destaque está sendo dado às políticas habitacionais, sobretudo às direcionadas à população de baixa renda.

O acesso à moradia é historicamente associado, no Brasil, ao acesso à propriedade. Considerando-se os intervalos censitários, desde 1940 o peso das habitações alugadas vinha se reduzindo enquanto crescia a proporção dos domicílios próprios. Assim, em

2000, segundo dados do Censo Demográfico, 74% dos domicílios brasileiros eram próprios (IBGE, 2000). Este percentual se reduziu para 71% em 2010 (IBGE, 2010), revertendo uma tendência histórica. Todavia, permanece a propriedade como a principal forma de acesso à moradia. Por outro lado, o déficit habitacional, apesar de ter oscilado, manteve-se em queda entre 2009 e 2012 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005; 2006; 2007; 2010; 2014)¹.

Deve ser ressaltado, no entanto que, diferentemente do que aconteceu nos países centrais, o percentual de domicílios próprios, como mostrado pelos Censos, é constituído de forma importante por moradias autoconstruídas, em favelas ou loteamentos, em terrenos de ocupação irregular, com carência de infraestrutura e acessibilidade. Nesse sentido, a propriedade da moradia se estabelece no Brasil, mas guardando uma informalidade e uma insegurança de posse que marcam a situação habitacional das camadas populares, principalmente.

Além disso, o acesso à moradia no Brasil, historicamente, é desigualmente distribuído, favorecendo alguns grupos, de tal modo que os grupos de menor poder aquisitivo ficam sujeitos a habitações precárias, em áreas urbanas com problemática infraestrutura de saúde, educação, saneamento, transporte coletivo etc. (NAKANO, 2007).

Fatores demográficos como: os fluxos populacionais para determinadas áreas ou regiões – e a composição destes –; o envelhecimento populacional; o tamanho e a composição das famílias, entre outros, ao impactar a demanda por moradias, também contribuem para o crescimento desordenado de determinadas áreas e do número de moradias inadequadas.

Como mostrado por Carvalho (2000) e Goldani (2002) as famílias brasileiras, assim como as redes sociais e de parentesco, são instituições importantes no Brasil tendo em vista a fragilidade do estado de bem estar brasileiro. A partir disto tem-se que, para Carvalho (2000), sempre houve partilhas de responsabilidades entre o estado e a família e com outras instituições sociais.

A partir desse contexto, o objetivo do trabalho é verificar, para o Brasil, como variaram algumas características demográficas das unidades domiciliares (ou unidades domésticas), aqui utilizadas como *proxy* de família², no período de 1980 a 2010. O texto se

¹Em grande parte devido ao crescimento do valor dos aluguéis nas cidades, o que fez crescer a componente do déficit “ônus com aluguel”, que foi responsável por 45,9 % do déficit total de 2012.

²As famílias, segundo o direito de família tradicional, são indivíduos ligados por laços matrimoniais ou sanguíneos (FIGUEIREDO; MASCARENHAS, 2012). Já o conceito de unidade doméstica seria “o conjunto de pessoas que, tendo ou não vínculos de casamento ou consanguinidade”, vivem em um mesmo domicílio (RIBEIRO, 2010). Assim, como o foco da análise é a unidade doméstica e esta será classificada a partir do arranjo familiar principal do domicílio (conforme será mencionado na descrição da metodologia), a definição de família, para fins deste trabalho, se equivalerá a de unidade doméstica.

inicia com uma breve reflexão sobre as funções da moradia para a reprodução social e as suas relações com a estrutura sociodemográfica. No item seguinte será apresentada a evolução dos arranjos familiares e a sua relação com a habitação. A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010, no que diz respeito às características das famílias e de seus domicílios. Por fim, são apresentadas algumas conclusões gerais.

Habitação e suas funções

Bourdieu (2006), em seu livro "As Estruturas Sociais da Economia", menciona a importância da casa para as famílias. Segundo ele

a habitação é tanto um investimento econômico quanto afetivo. Ela é um grande investimento familiar, no qual se investe um grande recurso financeiro, mas, por outro lado, deve refletir também as necessidades e gostos da família, não [...] podendo se dissociar desta.

Ainda, para ele a casa é "um projeto ou uma aposta coletiva sobre o futuro da unidade doméstica, quer dizer, sobre sua coesão, sua integração [...]" (p.39). Maia (2013) no mesmo sentido que Bourdieu, afirma que a habitação apresenta diversos valores subjetivos, relacionando-se com a identidade de quem habita, e, ainda, proporcionando segurança, privacidade e liberdade ao seu morador. Assim, por um lado, a habitação está diretamente associada à família que ali reside, e, por outro lado, a família só irá adquirir ou ter acesso a uma residência se esta refletir seus gostos e necessidades e se refletir os projetos e anseios futuros do grupo familiar.

Os indivíduos têm diferentes necessidades relacionadas à moradia e estas se modificam segundo diversos fatores, como o ciclo de vida e a classe social. Como afirma Smith (1970), as habitações cumprem uma série de funções e a importância que cada morador dá a cada uma delas varia de acordo com a idade dos moradores, o arranjo familiar prevalecente, o orçamento familiar, a necessidade de estar próximo ao trabalho e de outros equipamentos públicos, como escolas.

Em relação às funções que uma moradia pode assumir para seus moradores, o trabalho de Smith (1970), de uma forma didática, aponta que as funções da moradia são de abrigo, privacidade, localização, amenidades ambientais e investimento. Turner (1968), estudando as necessidades habitacionais dos pobres no caso latino americanos, agrega a função de segurança social das moradias.

Assim, em relação à função de *abrigo*, tem-se que em algumas sociedades a habitação funciona como uma proteção contra intempéries (como neve, vento, chuva etc.) da

natureza ou contra inimigos (SMITH, 1970). Em locais onde a violência é grande, então, a moradia pode funcionar como refúgio, proteção, ou como prisão, o que podem se colocar, em alguns casos, como sentimentos que apresentam forte ambiguidade, o que é

[Demonstrado pelos] [...] sentimentos vividos [pelos moradores] em situação de vulnerabilidade frente às ações de criminosos (traficantes e milicianos, principalmente) que ditam as regras da localidade e impõem ‘toque de recolher’ e cerceamento do direito de ir e vir. (MAIA, 2013, p.8).

Por outro lado, muitas vezes, a casa também pode abrigar famílias que estejam em conflito. Neste caso, as portas destas como marcos de divisa territorial e a convivência só se faz possível por necessidade, uma vez que as famílias não teriam condição financeira de adquirir outro imóvel. Ainda, existem famílias em que seus membros, aparentemente, não desejam mudar de residência por não possuírem meios de constituir o próprio domicílio e, a partir disso, são considerados como “famílias conviventes”. Nesse caso, quando estes tem oportunidade de adquirir seu próprio imóvel ele o fazem e, ao mudar de residência, formam um novo domicílio.

As situações de coabitação de diferentes famílias podem limitar a função de *privacidade* de uma habitação. A privacidade, segundo Smith (1970) é um conceito difícil de ser definido. Mas, de acordo com ele, ela tem uma dimensão física e outra social.

Ela diz respeito à adequação da habitação (dimensão e forma) aos moradores. Assim, enquanto, por exemplo, uma criança precisa ter privacidade para estudar (KAZTMAN, 2011) – ou seja, um ambiente que seja próprio para isso –, um casal tem necessidade de preservar seus momentos íntimos, enquanto, ainda, para os idosos é essencial ter um espaço, um “cantinho”, no qual possam ter suas coisas e possam ficar sem se sentir incomodados. Em relação a adequações físicas nas residências pode-se mencionar que os idosos e “deficientes físicos” têm necessidade de residências dotadas de algumas características ou equipamentos especiais, como portas mais largas, corrimão de apoio nos cômodos, proximidade a serviços públicos que lhes são necessários etc. (SANTOS; SANTOS; RIBAS, 2005)³.

Os espaços abertos ao redor da residência (em moradias com muros) também farão parte da função de *privacidade* (SMITH, 1970). Isso porque são espaços de uso exclusivo dos moradores que também garantirão a luminosidade e a ventilação da moradia. A partir destas características, Smith (1970) aponta que a unidade habitacional é pensada como contendo um conjunto de instalações de uso exclusivo (sanitárias, de lazer, área externa) e que

³As características físicas do interior de uma habitação faz parte da função de *privacidade*, conforme descrito por Smith (1970).

tem importâncias variadas, entre diferentes tipos de famílias e, sobretudo, entre diferentes classes sociais.

Outra função que irá variar de acordo com a classe social – e com o tipo de trabalho desempenhado – será a *localização* da moradia. Smith (1970) aponta que os membros de domicílios urbanos retiram sua renda de trabalhos e que, para realiza-los, precisam fazer deslocamentos diários. Com isso, tem-se que a dispersão dos domicílios se relaciona com o quanto as pessoas estão dispostas a gastar (em termos financeiros e de tempo) para ir ao trabalho – e para fazer outros deslocamentos como escola, shopping etc. (SMITH, 1970). Turner (1968b) a este respeito exemplifica com o caso de trabalhadores informais, de baixa renda, que precisam estar próximos de seu mercado de trabalho para poder identificar a demanda por serviços, e; por outro lado, os trabalhadores formais que se dirigem para a mesma localidade todos os dias podem residir em pontos mais afastados da cidade.

Smith (1970) indica também que a qualidade da localização dependerá da viabilidade e do custo de transporte assumido pelas famílias. Outro fator que pode influenciar na escolha do domicílio é a presença de parentes ou amigos em um determinado bairro (ou região). E a importância da proximidade dependerá do valor do deslocamento e da importância que as relações tiverem para a reprodução social destes grupos.

A quarta função da habitação, apontada por Smith (1970), são as *amenidades ambientais*, que consistem em características do entorno que afetam o desejo de uma família de viver em determinados bairros ou ruas. Com a importância crescente da formação escolar como parte do projeto de vida das famílias, principalmente de classe média, a existência de escolas de qualidade no entorno da moradia passa a ser um elemento que poderá definir a escolha da localização (ALLEN, 2008). Smith também aponta que as amenidades ambientais são fortemente influenciadas por programas de controle do uso do solo, pois, o uso misto (comercial e residencial) de certas áreas pode não ser atraente para algumas parcelas da população, particularmente para as camadas médias. No entanto, essas tendências podem se modificar, como mostra os estudos sobre a reestruturação das metrópoles mundiais que identificaram como as novas classes médias passaram a valorizar mais as áreas centrais e o acesso ao comércio e serviços, em detrimento do padrão tradicional de moradia nos subúrbios unifuncionais e afastados do centro (SASSEN, 1991).

O quinto componente da habitação é a função de *investimento*. Ou seja, a habitação, além de um lugar para viver, é também é um bem que pode funcionar como reserva de valor ou como um ativo que se valoriza (SMITH, 1970). Em trabalho mais recente, Ronald

(2008) aponta para estratégias desenvolvidas por famílias de grupos sociais de alta ou média renda, no sentido de constituírem um patrimônio a partir de seus investimentos em moradias cada vez melhores, ao longo dos ciclos de vida (*housing ladder*).

A este respeito, Turner (1968b) indica a importância da moradia própria para as famílias de baixa renda. Neste caso, a moradia não pode ser considerada exatamente como um investimento, no sentido de se buscar uma valorização financeira e sim como um seguro para momentos de instabilidade econômica (da família ou do país), desempenhando a função de *segurança social*. Por outro lado, a moradia também pode ser fonte de rendas extras, através do aluguel de um cômodo, da “venda ou aluguel da laje”, muito comum em áreas de favela. Ou, ainda, através da utilização do espaço doméstico para a realização de atividades econômicas.

Uma vez citadas as funções da habitação é importante ilustrar as mudanças que vêm ocorrendo nas famílias e sua relação com a habitação.

A evolução dos arranjos familiares e a sua relação com a habitação, com foco para o Brasil

Bonvalet e Merlin (1988) e Cordón (2006) sinteticamente apontam que o crescimento do número de habitações é resultado da conjugação de três fatores: (i) um fator puramente demográfico, que é o produto do movimento natural da população, da transformação da pirâmide etária a partir do efeito da mortalidade e da natalidade e, por outro lado, da migração; (ii) o segundo efeito é sobretudo sociodemográfico, induzido pelas mudanças de comportamento matrimonial ao longo do tempo; e, (iii) o terceiro é socioeconômico, resultando de uma modificação do comportamento de coabitação, ligados a evolução dos modos de vida e da economia.

Assim, em relação ao primeiro fator tem-se que as mudanças nos fatores demográficos, que estão ocorrendo no Brasil e no mundo, tais como a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade, vem mudando a configuração dos arranjos familiares, de tal modo que se tem ampliado o número de domicílios unipessoais e de famílias com um menor número de filhos. Já as mudanças de comportamento matrimonial ao longo do tempo (segundo fator) têm ampliado o número de rearranjos familiares, de divórcios – com o aumento das famílias monoparentais –, de arranjos homoafetivos, entre outros, o que também acaba por ter impacto nas preferências em termos habitacionais.

O terceiro efeito, que é socioeconômico, está ligado ao orçamento familiar e a mudanças no modo de vida. Assim, por exemplo, o individualismo pode fazer com que os indivíduos optem por deixar a casa paterna e irem viver sozinhos. Ainda, na sociedade moderna, o indivíduo escolhe como agir: ao perceber que estão reagindo como seus antecessores, as pessoas podem escolher romper com as tradições, em um processo de "destraditionalização" (GIDDENS, 1995).

Estes fatores não só modificaram as preferências habitacionais, como também influenciaram os arranjos familiares. A diversificação dos arranjos familiares, ao longo das últimas décadas, pode, portanto, ser consequência, também, das mudanças nas escolhas das pessoas (de forma comportamental), o que leva a uma percepção da existência de uma infinidade de tipos de famílias.

Sobre as famílias, Giddens (1995) afirma que há uma tendência, nos indivíduos, de repetir o modo de pensar e agir, bem como de se relacionar, de seus pais, parentes e demais pessoas com as quais convive. Na sociedade moderna, o indivíduo escolhe como agir, a partir dos processos de individualização e de internalização de um projeto de vida pessoal, envolvendo a realização profissional, por exemplo, mas também as relações afetivas (GIDDENS 1995). A diversificação dos arranjos familiares, ao longo das últimas décadas, pode ser consequência, também, das mudanças nas escolhas das pessoas.

Assim, a partir da conceituação de Giddens (1995), tem-se que a família dita como "natural", de acordo com Bourdieu (2008), que também poderia ser denominada "tradicional", é uma criação recente do mundo moderno, ou seja, é um conceito criado, idealizado, que as pessoas tentam reproduzir, tentam atingir como objetivo. Ou seja, como é tido como um ideal a ser atingido, as pessoas nascem e crescem com a meta de constituir as denominadas famílias tradicionais, conjugais ou nucleares. E este esquema se autoalimenta com os pais, parentes e com a sociedade passando seus ideais para as novas gerações.

Estas transformações nas famílias, conforme apontadas por Bourdieu (2006), Giddens (1995), bem como por Cordón (2006) e Bonvalet e Merlin (1988), também tem sido observadas, em maior ou menor medida, nas brasileiras. De tal modo que diferentes autores dentre os quais Alves e Cavenaghi (2012) mostram um aumento da população urbana, o que foi acompanhado pela redução no número dos filhos, pelo aumento da proporção de famílias monoparentais, pela diversificação dos arranjos (mas com redução no tamanho médio destes) entre outras. Estas mudanças têm impacto direto nas necessidades das famílias em relação à moradia.

Fonte de dados e metodologia

A partir das considerações teóricas apresentadas no item anterior, para desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a proposta de Arriagada (2004), na qual esta se divide em nuclear (com ou sem filhos, biparental ou monoparental), estendida, composta, sem núcleo ou domicílios unipessoais. Para fins de análise, então, as unidades domésticas serão classificadas conforme cinco tipos a seguir:

1. nuclear: composto pela pessoa de referencia da família com ou sem filhos;
2. extensa: pessoa de referencia da família, com ou sem cônjuge, com ou sem filhos e com outros parentes;
3. composta: na qual está presente a pessoa de referencia, com ou sem cônjuge e filhos e com a presença de pessoas não parentes;
4. sem núcleo: composta pela pessoa de referência, sem filhos e sem cônjuge, com outros parentes e/ou não parentes;
5. unipessoal: pessoa que vive sozinha.

As famílias, após esta classificação, foram reagregadas, segundo similaridades nas distribuições etárias das diferentes condições de ocupação, resultando em três classificações: sem filhos (que compreendem os domicílios unipessoais, as famílias de casais sem filhos e os domicílios sem núcleo e que podem conviver com parentes e não parentes), as famílias biparentais (com ou sem parentes e/ou não parentes) e as monoparentais (com ou sem parentes e/ou não parentes). Para fazer a análise comparativa, utilizou-se as bases de dados dos Censos demográficos de 1980 a 2010 e se considerou a ausência de imigração internacional (país fechado à migração).

As famílias e seus domicílios a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010

Primeiramente, antes de se verificar a evolução dos arranjos domiciliares, é importante se verificar a condição de ocupação dos domicílios, de um modo mais geral. Desta forma, se exhibe a evolução das taxas de ocupação dos domicílios, a partir do Gráfico 1.

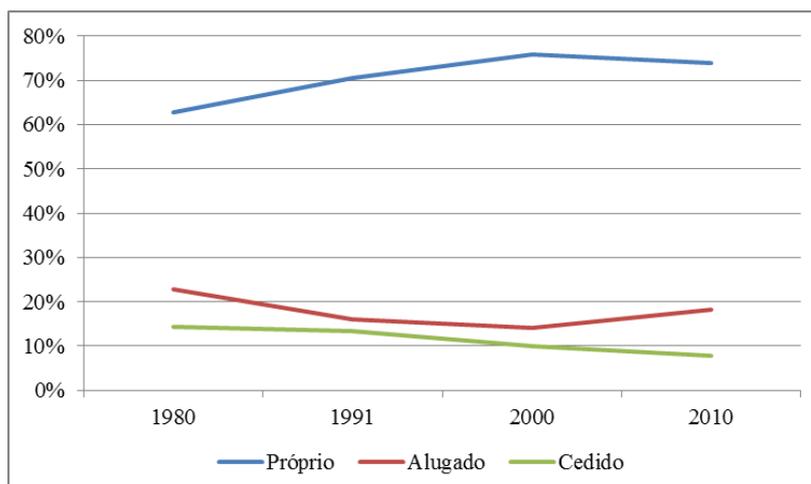


Gráfico 1 – Proporção de domicílios segundo condição de ocupação do domicílio. Brasil, 1980 a 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: A forma de ocupação classificada como “outras” pelos dados dos Censos foi excluída da análise.

A partir da análise do Gráfico 1 examina-se a proporção de domicílios que são próprios, alugados ou cedidos ao longo do tempo. Segundo os dados, verifica-se que o Brasil, apesar das mudanças recentes, continua a ser um país de proprietários. De modo que, em 2000, mais de 70% da população tinha uma habitação própria (76%), sendo este maior que o de alguns países desenvolvidos como a França (que em 2006 era de 57%)⁴. Este percentual caiu um pouco entre 2000 e 2010, enquanto o percentual de domicílios alugados cresceu no período (de 14% para 18%). O crescimento dos domicílios alugados foi um resultado um tanto surpreendente no Censo de 2010. Duas hipóteses possíveis para explicar o fenômeno remetem a condições referentes à demanda e à oferta. Quanto à demanda, o crescimento geral da renda e os efeitos de medidas redistributivas, como o crescimento real do salário mínimo, podem ter impactado em famílias que viviam em domicílios cedidos (que caem) ou famílias conviventes (que também se reduzem, segundo os dados do déficit), que passam a ter renda suficiente para buscar uma outra alternativa de moradia. Pelo lado da oferta, a queda na taxa de juros e a crescente valorização imobiliária, a partir de 2005, certamente tornaram mais atraente os rendimentos de aluguel, fazendo com que imóveis até então mantidos como desocupados voltassem a entrar no mercado (o que também se verifica nos resultados do Censo de 2010 referente aos imóveis vagos, que caem).

A partir do Gráfico 2 percebe-se que para todas as três faixas de renda a proporção de domicílios próprios eleva-se com a idade e com o passar do tempo. Nota-se também que,

⁴Bonvalet e Bringé (2013).

nas maiores idades, a proporção de domicílios próprios é sensível à renda, ou seja, em um mesmo ano, e dentre os domicílios com responsáveis mais idosos, aqueles com maiores rendas são em maior proporção próprios que os de menor renda. Ressalta-se que, em 2000 e em 2010 estas diferenças foram menores.

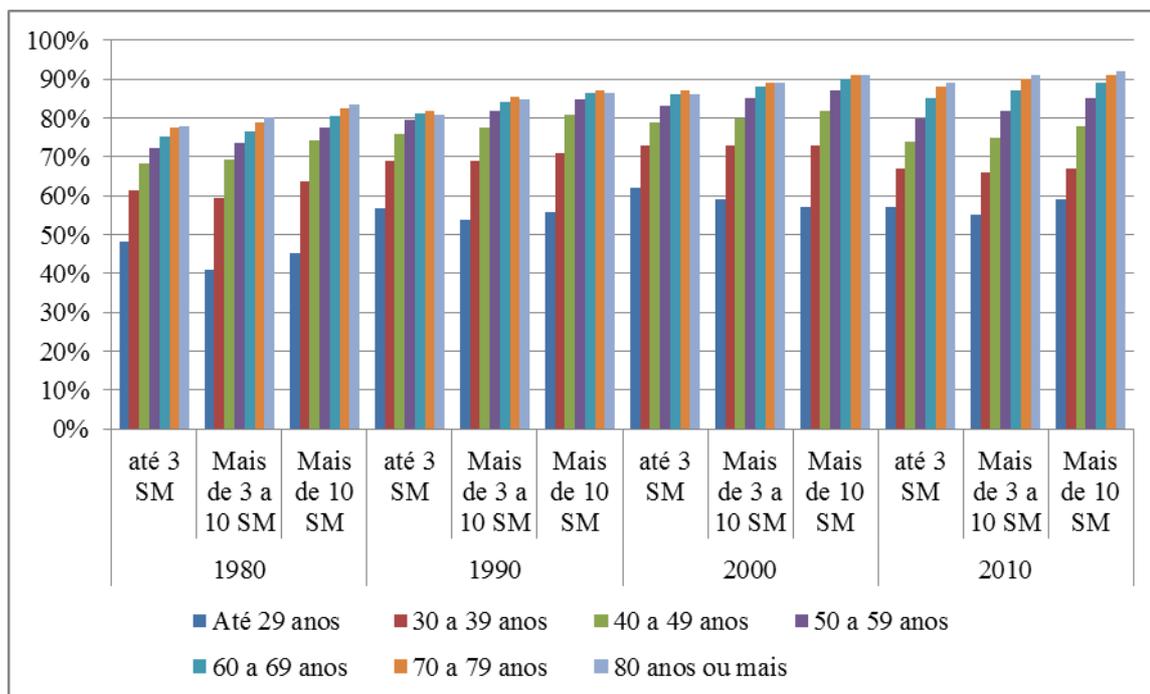


Gráfico 2 – Evolução da proporção de domicílios próprios por faixa de renda domiciliar e ano e, segundo idade do responsável. Brasil, 1980 a 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ainda segundo o Gráfico 2, é interessante observar que, comparando o primeiro grupo etário das diferentes faixas de renda, a proporção de domicílios próprios é maior naqueles com renda de até três salários mínimos (exceto, em 2010, no qual a proporção é maior dentre os de renda mais alta). Estes domicílios, dado a renda, podem estar localizados em assentamentos precários, ou loteamentos periféricos nos quais a própria população constrói suas habitações – como apontado por Turner (1974) e por outros estudiosos.

De outro modo, esta maior proporção de domicílios próprios no primeiro grupo de idade e de menor renda pode também estar corroborando a menção que faz Turner (1974) da importância da propriedade como segurança contra as flutuações na economia para famílias de baixa renda. Como aponta Woortmann (1980), em estudo sobre as famílias de trabalhadores, a saída da casa paterna é associada à aquisição de uma nova habitação, ainda que ela tenha sido construída no terreno da família.

Já o Gráfico 3 mostra a proporção de domicílios próprios por coorte. Verifica-se, nesse gráfico, que as curvas das diferentes coortes têm um formato próximo. Deve-se destacar os pontos das curvas em 2010 que mostram mudança na tendência observada nos períodos anteriores, com, inclusive, para a coorte de 1971-1990 uma queda da taxa de propriedade.

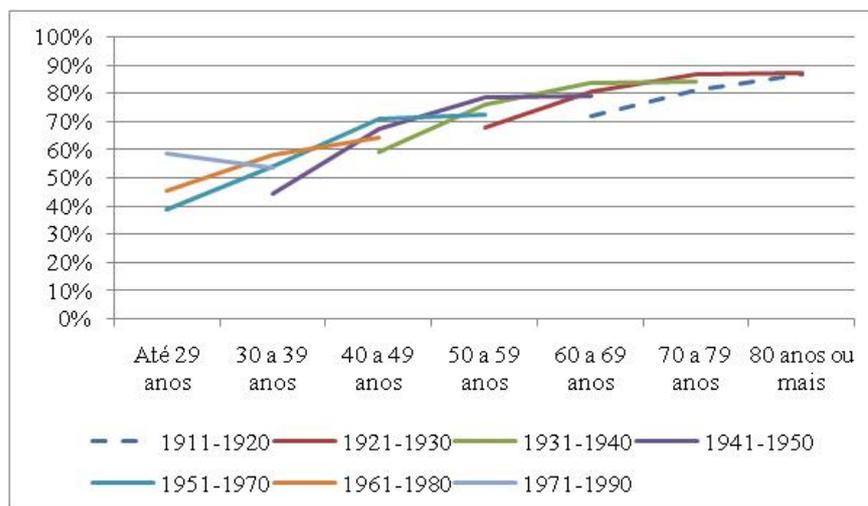


Gráfico 3 – Evolução da taxa de propriedade por coorte. Brasil, 1980 a 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: A forma de ocupação classificada como “outras” pelos dados dos Censos foi excluída da análise.

Nota-se também no Gráf. 3 que as taxas de propriedade são maiores para as coortes mais novas (1961 a 1980). Isso pode significar que as políticas de produção habitacional estão favorecendo as populações mais jovens e, que as políticas habitacionais mais antigas podem não ter tido o mesmo impacto nas populações correspondentes e que hoje estão mais envelhecidas. Uma análise semelhante pode ser observada no Gráfico 4, que exhibe a proporção de domicílios alugados por coorte.

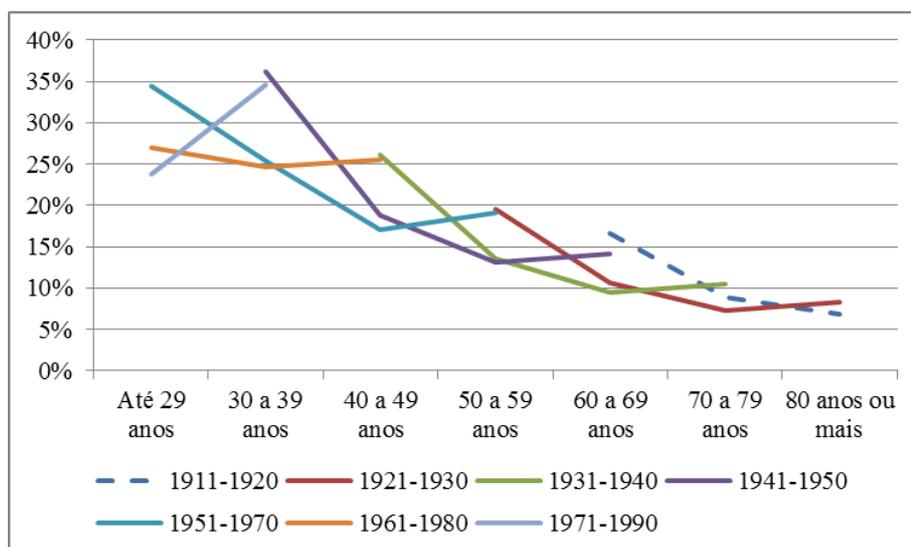


Gráfico 4 – Evolução da proporção de domicílios alugados por coorte. Brasil, 1980 a 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: A forma de ocupação classificada como “outras” pelos dados dos Censos foi excluída da análise.

Inversamente à proporção de domicílios próprios, a análise da proporção de domicílios alugados por coorte mostra que a taxa de domicílios alugados é decrescente, com o aumento da idade do responsável pelo domicílio, o que aponta para uma tendência da população brasileira de migrar para domicílios próprios com o aumento da idade. Entretanto, verifica-se um aumento na proporção de domicílios alugados em 2010, em praticamente todas as coortes, o que reverte a tendência de redução da proporção de domicílios alugados com o aumento da idade (o que só não será observado na coorte mais antiga), na qual foi observada uma queda na taxa de domicílios alugados em 2010 também.

Os Gráficos 5, por sua vez, mostram a distribuição etária da população, segundo idade dos responsáveis, em domicílios próprios. No eixo y as distribuições positivas são os domicílios de responsável homem e, as negativas, os de responsável mulher. Verifica-se, por exemplo, que nos anos estudados, as famílias sem filhos com responsável mulher têm uma distribuição mais envelhecida, o que pode ocorrer por uma maior dificuldade das mulheres acessarem o mercado habitacional ou porque estes domicílios são compostos por mulheres que vivem sem seus filhos (que já saíram de casa), após o divórcio ou a viuvez, ou seja, em idades mais avançadas.

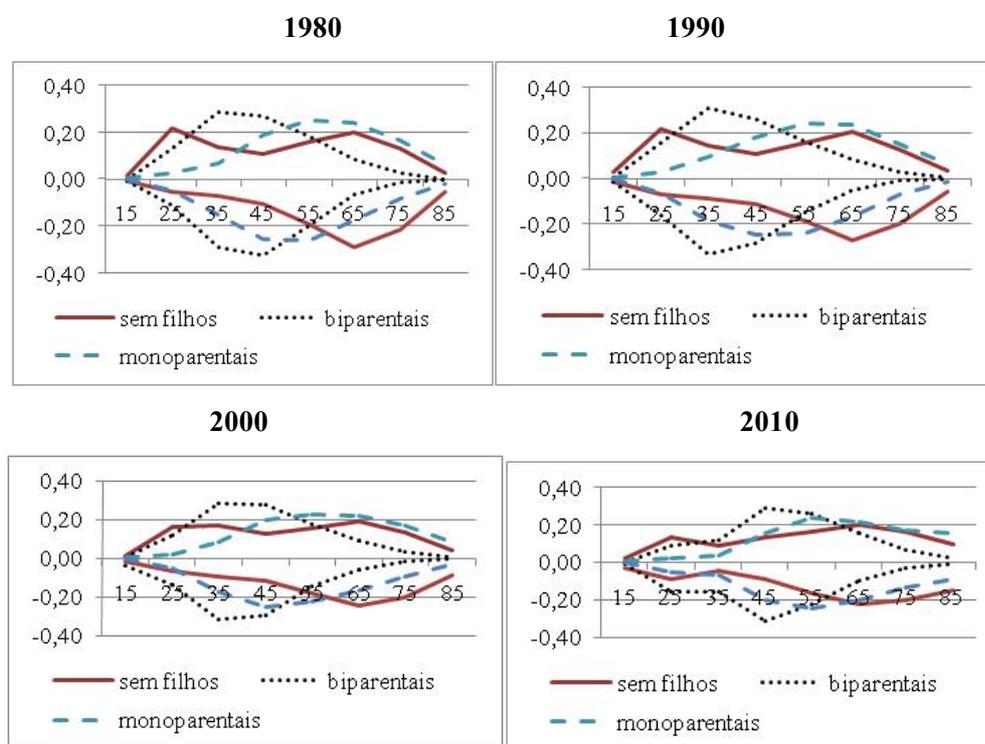


Gráfico 5 – Distribuições etárias de domicílios próprios, segundo idade do responsável pelo domicílio, por tipo de unidade domiciliar e ano. Brasil, 1980 - 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: No eixo y as distribuições positivas são as de responsável homem e, negativas, com responsável mulher.

Já entre os domicílios sem filho, com homem responsável, percebe-se que este tem destaque para o do grupo etário mais jovem, o que pode ser referente a casais que ainda não tem seus filhos, mas que já residem em sua habitação própria – o que, segundo Woortmann (1980), é algo importante para as famílias brasileiras, nas quais o casamento está associado à saída da casa paterna e a construção (ou aquisição) da casa própria – ou a homens que saíram da residência paterna para formarem suas moradias. Verifica-se, também, a presença de domicílios sem filhos com homem responsável na faixa de 60 a 69 anos, e que pode ter a mesma justificativa do dos domicílios sem filhos chefiados por mulheres, ou seja, são domicílios (biparentais ou monoparentais) nos quais os filhos saíram de casa e o arranjo familiar mudou para “sem filhos”.

Por sua vez, as famílias nucleares com filhos (biparentais) têm distribuição etária mais envelhecida e que envelhece ainda mais ao longo do período de análise (com ápice em torno dos 35 nos primeiros anos, que progressivamente envelhece para 45 anos em 2010) e as monoparentais mais envelhecidas ainda – entre 45 e 55 anos para as mulheres e 55 e 65 anos para os homens o que pode indicar as famílias desfeitas, na qual uma das partes vive com os filhos – ou seja, estas são formadas por famílias nucleares que, após o divórcio ou separação, migram da distribuição etária das famílias biparentais para a das monoparentais. Estas mudanças refletem diretamente o envelhecimento da estrutura etária da população brasileira, mas também podem ser influenciadas (no caso dos domicílios com famílias biparentais) pelo adiamento da idade ao casamento.

Em 2010 verifica-se uma compressão (ou achatamento) dos percentuais no grupo etário de 30 a 39 anos, inclusive nas famílias biparentais. Diversos fatores podem explicar este comportamento: envelhecimento populacional, adiamento da saída da casa paterna para formar novos domicílios próprios, aumento na dissolução de família.

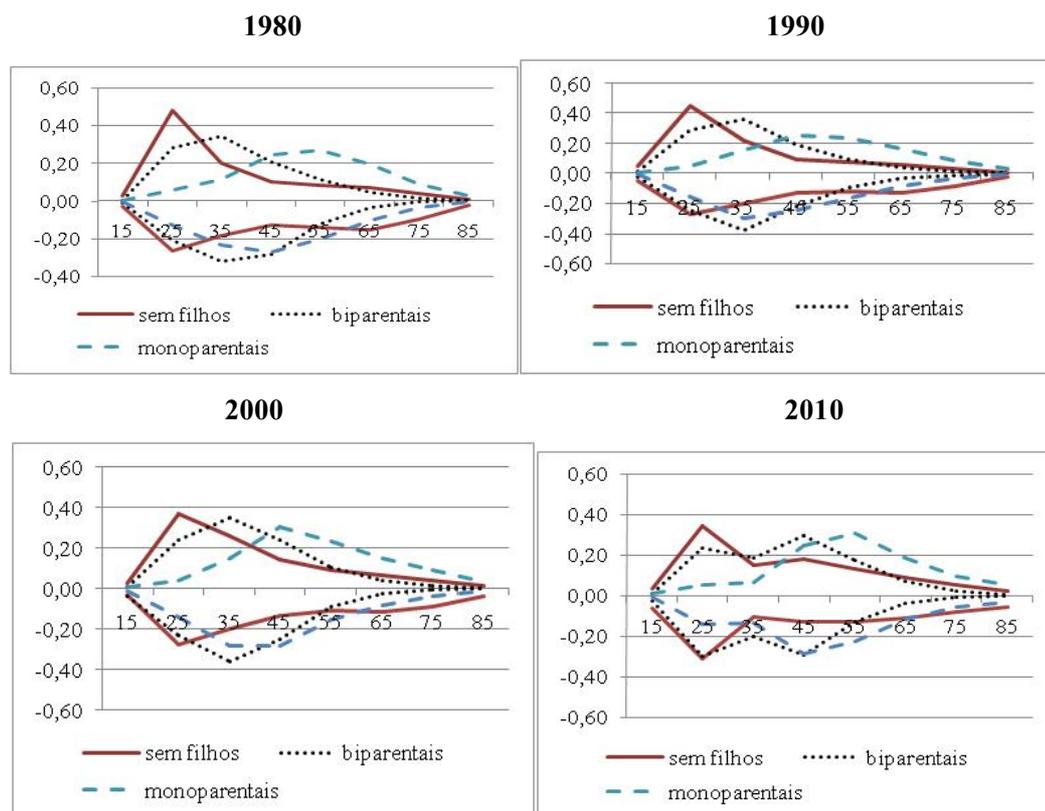


Gráfico 6 – Distribuições etárias das unidades domiciliares alugadas, segundo idade do responsável pelo domicílio, por tipo de unidade domiciliar e ano. Brasil, 1980 - 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: No eixo y as distribuições positivas são as de responsável homem e, negativas, com responsável mulher.

A distribuição etária dos domicílios alugados mostra que esta é mais jovem para os domicílios sem filhos, com concentração de responsáveis na faixa dos 20 a 29 anos de idade, enquanto nas famílias nucleares com filhos (biparentais) esta fica entre 30 e 39 anos e nas monoparentais entre 30 e 49 anos (mais envelhecida). Estes fatos indicam que, tanto há uma mudança nos tipos de família (que podem ir de sem filhos para biparentais e de biparentais para monoparentais) como também a migração de domicílios. Percebe-se que, de 1980 para 2000, há uma diluição destes percentuais nas idades, o que pode tanto indicar uma redução do percentual de domicílios alugados nas famílias de responsável mais jovem (em detrimento de domicílios próprios e cedidos⁵) quanto um aumento no percentual de domicílios alugados nos grupos de idade mais avançada (ou uma maior dificuldade, em 2000, das famílias migrarem, com o aumento da idade, de domicílios alugados para próprios). Esta constatação também pode se dever ao aumento da idade de casamento, conforme apontado

⁵Neste trabalho optou-se por focar nos domicílios próprios e alugados.

por Alves e Cavenaghi (2012) ou devido à dificuldade em se acessar o mercado habitacional para aquisição do domicílio.

Em 2010 as curvas são diferenciadas dos anos anteriores: verifica-se uma concentração dos domicílios alugados dentre os grupos etários mais jovens, e, nos domicílios biparentais a distribuição muda, surgindo um “achatamento” no grupo etário de 30 a 39 anos, o que pode indicar que a composição dos domicílios alugados neste ano se destaca pela presença de famílias com responsável jovem. Infere-se também que os dois picos mostrados nas distribuições “sem filhos” e “biparentais” podem resultar de: famílias ou jovens que saem da casa paterna para formar suas próprias residências e, por não conseguirem acessar o mercado da casa própria, dirigem-se para moradias alugadas (primeiro pico, entre as idades de 20 e 29 anos) e, àquelas que, por não terem conseguido adquirir o imóvel próprio – e/ou terem adiado o casamento – optam por domicílios alugados. Considerando-se o contexto da segunda metade da década de 2000, marcado por crescimento econômico, crescimento da renda e por políticas distributivas, é possível que famílias mais jovens tenham buscado o mercado de aluguel como forma imediata de viabilizar o acesso à moradia. Cabe ressaltar que o Censo de 2010 ainda não registra os resultados do Programa Minha Casa Minha Vida, que provavelmente trará nova reversão da proporção de alugados e um maior crescimento do estoque de próprios.

Discussão

Os resultados mostram que cada tipo de família tem uma distribuição diferenciada de idade na aquisição de imóveis, que variam também com outros fatores, como a renda. Isso confirma o que foi apontado por Smith (1970) e Turner (1968a): os indivíduos têm diferentes necessidades, que mudam conforme diversos fatores, como a renda, o tipo de trabalho e o arranjo familiar. Assim, enquanto as famílias nucleares com filhos tem acesso à casa própria em idades mais jovens, as famílias monoparentais tem acesso em faixas etárias mais avançadas – o que também pode ocorrer pela idade do responsável ser, em média, maior que o dos domicílios biparentais. Isso também pode ser consequência de uma disposição dos indivíduos, para residirem em domicílios alugados ou próprios – o que também varia conforme a renda e outros fatores.

Complementarmente, os domicílios unipessoais e nucleares sem filhos (que compõe as famílias sem filhos nos Gráfs. 5 e 6) tem um perfil de taxa de propriedade com

dois picos: um em idade jovem, que coincide com a faixa etária nas quais são comuns a saída da casa paterna para casar ou morar sozinho e outro em idades mais avançadas, nas quais os pais voltam a residir sozinhos, pois os filhos já saíram de casa. O mesmo ocorre para os domicílios unipessoais (que antes eram monoparentais).

A análise da composição etária, por idade do responsável, dos domicílios por condição de ocupação (próprio e alugado) também mostra que as estruturas dos domicílios alugados são mais jovens do que dos próprios, o que pode ser consequência (conjunta ou não) das mudanças nos arranjos familiares e das mudanças das famílias de domicílios alugados para próprios.

Ainda, o estudo aponta que as famílias, no Brasil, apresentam diferentes inserções etárias como proprietárias de moradias, o que varia conforme o tipo de família e a idade do responsável pelo domicílio, favorecendo as famílias nucleares. Além disso, ao longo do tempo estudado, vem modificando a sua composição – conforme também apontado por outros estudos, como o de Oliveira, Miranda-Ribeiro e Longo (2012) e Alves e Cavenaghi (2012) –, com um aumento do número de pessoas por domicílio, o que pode ser percebido como uma estratégia das famílias para fazer frente à demandas habitacionais não resolvidas pelas políticas públicas (porém, sem aumentar o número de filhos).

Por fim, indica-se que futuros estudos deveriam examinar - com realização de pesquisas primárias -, as necessidades habitacionais das famílias brasileira, na tentativa de suprir a carência observada deste tipo de informação nas pesquisas produzidas pelos órgãos oficiais do Brasil.

Referências

ALLEN, Chris. *Housing market renewal and social class*. Londres: Routledge, 2008.

ALVES, Jose Eustáquio Diniz. CAVENAGHI, Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. *Aparte Inclusão Social em Debate*, 2012. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>> Acesso em 26 jun. 2014.

ARRIAGADA, I. *Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina*. CEPAL, División de Desarrollo Social. Octubre, 2004

BONVALET Catherine, MERLIN Pierre. Transformation de la famille et habitat. Présentation d'un Cahier de l'INED. In: *Population*, 43e année, n°4-5, 1988 pp. 881-892. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1988_num_43_4_17067>. Acesso em 18 nov. 2013

BOURDIEU, Pierre. O espírito de família. In: *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil* 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Projeto Moradia*. 2010.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. C. B. (org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez Editora, Educ/PUC-SP, 3a. ed. 2000.

CORDÓN, J. A. F. La situation demographique en France et dans les pays d'Europe du Sud. In: BONVALET, Catherine.; ARBONVILLE, Denise. (org.) *Quelles familles? Quelles Logements?* Paris: Cahiers d'INED n. 147, INED, 2006.

GIDDENS, Antony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; LASH, S. BECK, U. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas públicas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n.1, jan/jun, 2002

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional. 2000 a 2012.

IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010.

MAIA, R. S. Casa que te quero casa... Reflexões sobre as formas e funções das moradias populares. *Anais do XV Encontro Nacional da Associação de Planejamento Urbano e Regional*. Recife, 20 a 24 de maio, 2013. CD-ROOM.

NAKANO, A. K. Planejamento e Necessidade Habitacional. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Caxambú, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_9/abep2010_2588.pdf>

OLIVEIRA, Zuleica. MIRANDA-RIBEIRO, Paula. LONGO, Luciene. Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

RIBEIRO, Rosa. A dimensão familiar no estudo da desigualdade intra-metropolitana no Rio de Janeiro. In: LAGO, Luciana (org.) *Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, Letra Capital. 2010.

RONALD, Richard. *The ideology of homeownership. Homeowner Societies and the Role of Housing*. New York: Palgrave Mac Milan, 2008.

SANTOS, A.; SANTOS, L.K.S.; RIBAS, V.G. Acessibilidade de Habitações de Interesse Social ao Cadeirante: Um estudo de caso. Porto Alegre: *Ambiente Construído*, v. 5, n. 1, jan./mar. 2005. Disponível em: <seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/3612/1993>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

SASSEN, Saskia. *The Global City*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

SMITH, Wallace F. *Housing*. The social and Economic Elements. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1970.

TURNER, John C. Barreiros e Canais para o Desenvolvimento Habitacional nos países em vias de desenvolvimento. *Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, fev. 1968a.

TURNER, John C. Habitação de Baixa Renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. *Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, fev. 1968b.

TURNER, John F C. The fits and misfits of people housing. *Freedom to Build*. RIBA Journal, No. 2, February 1974

WOORTMANN, Klaas. Casa e Família Operária. Fortaleza: *Anuário Antropológico*. Edições Universidade Federal do Ceará. 1982.